



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira		Ibovespa nos últimos dias				Na segunda-feira		Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,07% São Paulo	0,67% Nova York	120.261	122.636			R\$ 5,390		R\$ 1.412				Janeiro/2024 0,42
		19/6	20/6	21/6	24/6	(- 0,93%)		18/junho 5,434				Fevereiro/2024 0,83
								19/junho 5,441				Março/2024 0,16
								20/junho 5,461				Abril/2024 0,38
								21/junho 5,440				Maior/2024 0,46

EDUCAÇÃO

Acordo com docentes será assinado amanhã

O fim da greve dos professores foi anunciado domingo. Mas o retorno ao trabalho depende da assinatura dos termos de acordo entre o governo e as entidades trabalhistas. A Fasubra, que representa os técnicos, informou que a greve continua

» ROSANA HESSEL

Após os professores das universidades federais anunciarem o fim da greve neste fim de semana, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) espera assinar amanhã os acordos com os docentes e os técnicos administrativos da Educação (TAEs).

Caso a assinatura se confirme, a pasta completará 17 acordos assinados entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e as carreiras específicas desde 2023. Mas a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições de Ensino Superior Públicas no Brasil (Fasubra) comunicou ontem que seguirá em greve.

Entre os docentes, por outro lado, a greve chegou ao fim. Como uma das três entidades representativas dos professores havia assinado acordo com o governo — o Proifes, que reúne 11 sindicatos — em 27 de maio, amanhã será assinado um aditivo com o Proifes que antecipa para o mês de abril o reajuste que estava previsto para maio de 2026. “Além da antecipação, o termo aditivo prevê a criação de grupos de trabalho que têm como objetivo debater o reenquadramento dos aposentados na nova estrutura de carreira, as questões ligadas à entrada lateral e a revogação da Instrução Normativa 15, que trata da insalubridade”, diz nota da entidade.

Assim como as demais docentes, o acordo já assinado pelo Proifes-Federação prevê reajustes de 9%, em janeiro de 2025, e de 3,5%, a partir de abril de 2026. Levando em consideração os reajustes acumulados de 2023 a 2026, a base da carreira obterá ganho de 43% no período. Já o professor titular terá um reajuste acumulado de 28,2% na mesma base de comparação.

As negociações são consideradas pelos técnicos da Esplanada dos Ministérios como bem-sucedidas. “Conseguimos fechar com os professores um acordo com reajuste só a partir do ano que vem, igual ao dos servidores do Banco Central e de outras categorias. Isso dará um alívio fiscal para o governo neste ano”, disse uma fonte do governo.

Na semana passada, o MGI fechou acordo com os servidores ligados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e Planos Correlatos, o carreirão, e da Previdência Saúde e Trabalho (PST), que inclui os agentes de endemias e servidores do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), que somam os maiores contingentes do funcionalismo, totalizando 345 mil trabalhadores.

Segundo o MGI, os acordos incluem reajustes médios, acumulados em quatro anos, de 28%, para os docentes, e de 31%, para os técnicos, além da reestruturação das carreiras. Os reajustes que serão concedidos em 2025 e 2026, somados aos 9% de aumento linear concedido em 2023, representam ganhos acima da inflação projetada para todo período da atual gestão, que varia de 15% a 18%. Em alguns casos, a correção salarial poderá chegar a 46,5% ao longo desses quatro anos, dependendo da faixa de remuneração, de acordo com o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, em recente entrevista ao **Correio**. (Ver quadro). De acordo com o técnico, apenas os reajustes para os docentes e TAEs devem ter um impacto anual de R\$ 10,3 bilhões a partir de 2026.

Pelos cálculos do MGI, o governo ainda poderá firmar mais 23 acordos com as mesas de negociação já instaladas e que ainda não foram iniciadas, como é o caso das carreiras dos servidores do Departamento

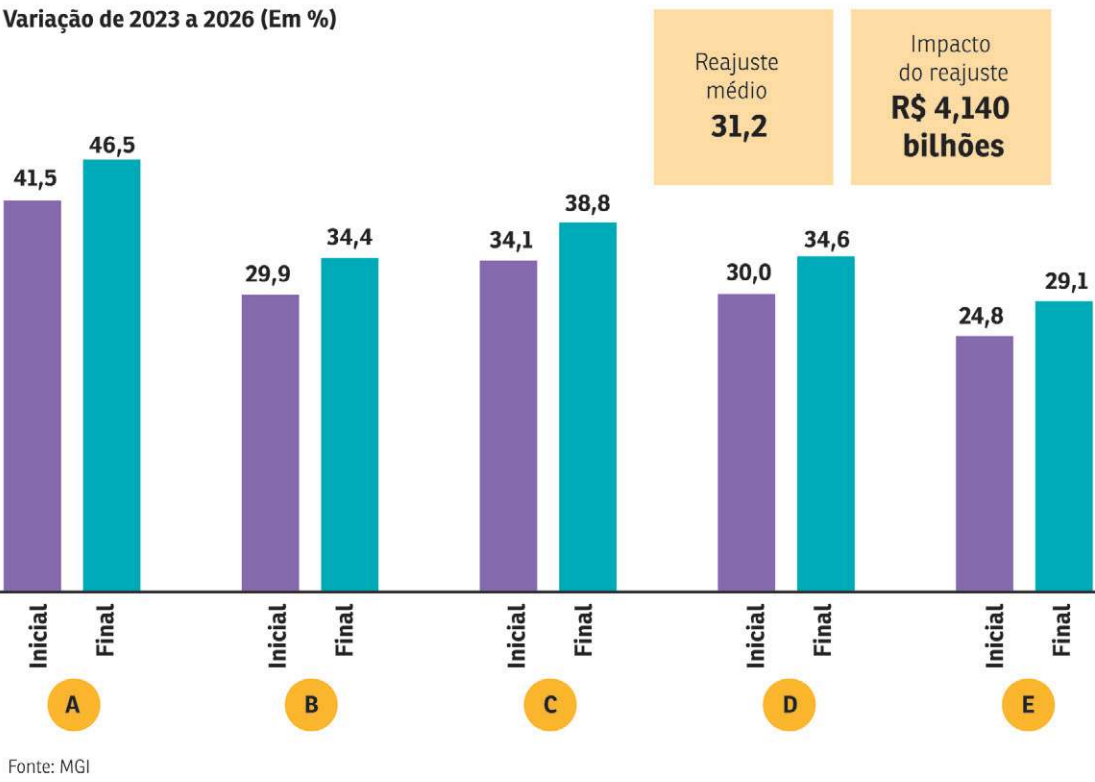
Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Segundo o secretário Feijóo, o reajuste terá impacto de R\$ 10,6 bi no orçamento a partir de 2026

Proposta dos TAEs

Veja a variação acumulada, considerando os reajustes de 9%, em 2023, de 9%, em 2025 e de 5%, em 2026, para os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)



Tenho toda a tranquilidade para afirmar que o governo está promovendo uma importante recuperação e uma valorização forte do funcionalismo público federal”

José Lopez Feijóo, secretário de Relações de Trabalho do MGI

Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit).

Regulamentação

“Curiosamente, quem teve reajuste depois de 2016, teve porque o acordo foi firmado em 2015. Mas também compreendo que nós estamos limitados pelos espaços orçamentários que a gente tem”, destacou Feijóo, em entrevista anterior à assembleia dos professores. Ele informou ainda que “em regra, estão progredindo”. “Tenho toda a tranquilidade para afirmar que o governo está promovendo uma importante recuperação e uma valorização forte do funcionalismo público federal”, frisou.

O secretário lembrou, ainda, que o MGI está preparando um projeto de lei para regulamentar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “ainda neste ano”. “Hoje, o poder público negocia se quiser. Nós temos uma conversão do OIT internalizada no Brasil, mas não regulamentada”, frisou.



RAUL VELLOSO

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

FIXAR ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS MAIS ELEVADAS NESSES ENTES PARA COBRIR UM IMPACTO MAIS ELEVADO NOS DEFICITS DO INSS, TENDE A IMPLICAR UMA RETIRADA RELEVANTE DE RECURSOS QUE DEVERIAM SER DESTINADOS ÀS POLÍTICAS SOCIAIS EM SI, NOS PRÓPRIOS MUNICÍPIOS

Pelos municípios e a favor do social

Sufocados pelo forte crescimento dos gastos previdenciários que veio com a complicada tendência demográfica que se iniciara há algum tempo, e que levava a que tivéssemos muito mais gente para se aposentar do que para contribuir, um grupo de municípios menores acabou pegando carona no pleito por mais dinheiro de 17 setores econômicos que vinha tramitando no Congresso. O que todos queriam era escapular, pela desoneração de sua folha de pagamento, da pesada contribuição previdenciária que, além do mais, tinham passado a recolher o INSS.

Só que, aprovado o projeto, o governo, de olho nos cofres municipais, reagiu com um veto, mas, na sequência, o Congresso acabou derrubando tal veto. Passem: no dia seguinte, o governo editou uma medida provisória revogando essa lei (ou seja, derrubando a derrubada do veto), algo inédito por aqui, o que obviamente pegou muito mal junto aos congressistas e levou a uma acirrada disputa política entre os poderes. Aí os entes envolvidos nesse processo voltaram ao seu início, na busca de aprovar mais uma vez a pretendida desoneração, tanto no caso dos 17 setores quanto dos municípios.

Várias propostas andaram de lá para cá, e, em paralelo, além de puxar outros temas que já estavam em seu radar, a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) acabou defendendo a redução de 20% para 14% para todos os municípios, exatamente a alíquota mínima dos regimes próprios, uma boa ideia.

Sendo os municípios os principais responsáveis pela atuação governamental em áreas como saúde, educação e assistência social, onde abundam profissionais especializados como médicos, professores, assistentes sociais, merendeiros etc., fixar alíquotas de contribuições patronais mais

elevadas nesses entes para cobrir um impacto mais elevado nos deficits do INSS, como o governo vem tentando fazer, tende a implicar uma retirada relevante de recursos que deveriam ser destinados às políticas sociais em si, nos próprios municípios, algo que precisa ser revisto. (Registre-se que, no setor privado, isso tem levado a uma maior informalidade ou à chamada “pejotização”, ou seja, um estímulo às pessoas se transformarem em empresas para pagar uma menor contribuição ao INSS).

Entre os aspectos do nosso sistema previdenciário básico que também precisam ser reformados, está o fato de se referirem a um regime ainda totalmente de repartição simples,

necessitando introduzir pelo menos uma camada de capitalização, entre outras medidas à espera da disposição política capaz de formulá-las e aprová-las.

Para concluir, vi que, em adição à desoneração da folha de pagamento, a CNM vinha tratando de temas cruciais para a sustentabilidade fiscal dos municípios via a Pec-66, no Senado, onde se busca um novo parcelamento especial das dívidas junto ao Regime Geral, que é uma das maiores dívidas dos municípios, da ordem de R\$ 250 bilhões. Outro ponto é a busca de um novo modelo de pagamento de precatórios, que consubstanciam uma dívida de quase R\$ 100 bilhões. O terceiro é corrigir um erro da Reforma Tributária

sobre a desvinculação de receitas dos municípios, que ia até 2023, foi prorrogada pela Reforma Tributária até 2032, mas, no texto, não prorrogou a desvinculação das contribuições, valeu só para impostos e taxas. E um dos itens mais importantes para desvincular é justamente a contribuição sobre a iluminação pública, crucial para os municípios. (Lembro que a desvinculação de receitas públicas foi a invenção deste articulista para viabilizar o Plano Real. E, por falta de espaço, deixarei para a próxima coluna a discussão da Emenda Substitutiva nº6, que concatena todos os pontos aqui indicados, e que também apresenta medidas de impacto além da compensação da desoneração).